

PROJETO: INOVAÇÃO PRODUTIVA

Aviso nº03/SI/2015

OBJETIVO:

Conceder apoios financeiros a projetos que contribuam para o:

- Aumento do investimento empresarial em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing);
- Reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços.

TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E MODALIDADE DE CANDIDATURA:

São susceptíveis de apoio os projetos individuais de **Inovação Produtiva** que visem os seguintes domínios:

- a) A criação de um novo estabelecimento;
- b) O aumento da capacidade de um estabelecimento já existente (no mínimo um aumento de 20% da capacidade instalada em relação ao ano pré projeto);
- c) A diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente, sendo que os custos elegíveis devem exceder em, pelo menos, 200% o valor contabilístico dos ativos que são reutilizados;
- d) A alteração fundamental do processo global de produção de um estabelecimento existente, sendo que os custos elegíveis devem exceder a amortização e depreciação dos ativos associados à atividade a modernizar no decurso dos três exercícios fiscais precedentes (2011, 2012 e 2013).

No caso de projetos de investimento localizados nas NUTS II Lisboa e Algarve, apenas são elegíveis atividades de inovação produtiva a favor de uma nova atividade.

PROJETO: EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO E CRIATIVO

Aviso nº04/SI/2015

OBJETIVO:

Conceder apoios financeiros a projetos de Empreendedorismo Qualificado e Criativo que contribuam para a promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas.

TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E MODALIDADE DE CANDIDATURA:

São susceptíveis de apoio os projetos individuais de **Empreendedorismo Qualificado e Criativo** que visem os seguintes domínios:

- a) A criação de empresas que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as integradas em indústrias criativas e culturais, e ou setores com maior intensidade de tecnologia e conhecimento;
- b) A criação de empresas que valorizem a aplicação de resultados de I&D na produção de novos bens e serviços

INFORMAÇÕES COMUNS EM AMBOS PROJETOS:

PRAZOS (2ª fase):

Tipologia	Início	Fim	Decisão Final
Projeto Individual	20 de junho de 2015	30 de setembro de 2015 (19h)	11 de janeiro de 2016

BENEFICIÁRIOS:

Empresas PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

Criadas há menos de 2 anos para os projetos de Empreendedorismo Qualificado e Criativo.

EXCLUSÕES: As seguintes actividades (CAE):

- a) Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
- b) Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

NATUREZA DO INCENTIVO:

Os apoios a conceder revestem a forma de Incentivo Reembolsável, taxa base máxima de 35%, a qual pode ser acrescida das majorações, não podendo a taxa global ultrapassar 75%.

Em função do grau de superação das metas que o candidato estabeleça, pode ser concedida uma isenção de reembolso de uma parcela do incentivo reembolsável até ao limite máximo de 50%, cumprindo com os seguintes indicadores:

- Indicador I1 - Valor Acrescentado Bruto (VAB);
- Indicador I2 - Criação de Emprego Qualificado (CEQ);
- Indicador I3 - Volume de Negócios (VN).

O limite mínimo de despesas elegível é de 50.000,00€.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO:

- a) O investimento deve ser sustentado por uma análise estratégica que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio, diagnostique a situação da empresa nessas áreas críticas e fundamente as opções de investimento apresentadas, bem como num plano de marketing que estabeleça as bases e diretrizes para a ação da empresa no mercado;
- b) Ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos, não podendo incluir despesas anteriores à data da candidatura, com algumas exceções.

- c) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento;
- d) Ter uma duração máxima de execução de 24 meses, exceto em casos devidamente justificados;
- e) Demonstrar, quando integrar ações de formação profissional, que o projeto formativo se revela coerente e consonante com os objetivos do projeto;
- f) Iniciar a execução do projeto no prazo máximo de seis meses, após a comunicação da decisão de financiamento.

DESPESAS ELEGÍVEIS (Comuns a todos os setores de atividade):

a) Ativos corpóreos constituídos por:	<ul style="list-style-type: none"> i) Custos de aquisição de máquinas e equipamentos, custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar; ii) Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento.
b) Ativos incorpóreos constituídos por:	<ul style="list-style-type: none"> i) Transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, nacionais e internacionais; ii) Licenças, «saber-fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente; iii) Software standard ou desenvolvido especificamente para determinado fim.
c) Outras despesas de investimento, até ao limite de 35%, do total das despesas elegíveis do projeto:	<ul style="list-style-type: none"> i) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento, até ao limite de 5.000 euros; ii) Serviços de engenharia relacionados com a implementação do projeto; iii) Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projetos de arquitetura e de engenharia, associados ao projeto de investimento.

DESPESAS ELEGÍVEIS (Específicas para os setores do Turismo e da Indústria):

Os projetos dos setores do Turismo e da Indústria, podem incluir como despesas elegíveis, a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções, em casos devidamente justificados no âmbito da atividade do projeto, desde que adquiridos a terceiros não relacionados com o adquirente, e limitadas a um máximo de:

1) Para projetos localizados nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo aplicam-se os seguintes limites:	a) 60% das despesas elegíveis no caso dos projetos do setor do turismo ; b) 35% das despesas elegíveis no caso dos projetos do setor da indústria .
2) Para os projetos localizados na NUTS II Algarve aplicam-se os seguintes limites:	a) 20% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do turismo ; b) 50% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do turismo que contribuam para atenuar a sazonalidade ou que contribuam para o desenvolvimento dos produtos identificados no Plano de Marketing Estratégico do Algarve como complementares (Gastronomia e vinhos, Touring, Turismo de saúde) ou em desenvolvimento (Turismo de negócios, Turismo de natureza, Turismo náutico); c) 50% das despesas elegíveis no caso dos projetos do setor da indústria ; d) 70% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor da indústria que se enquadrem no âmbito da Ris 3 Regional e que contribuam para o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&D e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos.
3) Para os projetos localizados na NUTS II Lisboa aplicam-se os seguintes limites:	a) 10% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do turismo que contribuam para atenuar a sazonalidade; b) 15% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do turismo natureza, náutico e desporto; c) 25% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do turismo exclusivamente dedicado à saúde; d) 10% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor da indústria que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional; e) 15% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor da indústria que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional e que contribuam para o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&D e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos.